

Revisitando a *Convenção* e *A grafia de nomes tribais brasileiros*

Revisiting the works *Convenção* and *A grafia de nomes tribais brasileiros*

Maria Carlota Rosa*

RESUMO

Este artigo reúne dois trabalhos clássicos, ainda de acesso relativamente difícil, que procuraram normalizar o emprego de etnônimos em textos científicos em português. São eles a *Convenção para a grafia dos nomes tribais* e *A grafia de nomes tribais brasileiros*.

Palavras-chave: Etnônimos; ortografia; textos em português

ABSTRACT

This article brings together two classic works, still relatively difficult to access. Both works sought to normalize the use of ethnonyms in scientific Portuguese texts, namely: *Convenção para a grafia dos nomes tribais* and *A grafia de nomes tribais brasileiros*.

Keywords: Ethnonyms; orthography; texts in Portuguese

1. A *Convenção*, *A Grafia* e os etnônimos em português

Este artigo reúne, sob a forma de anexos, dois documentos que procuraram normalizar a grafia de etnônimos em textos científicos em português: a *Convenção para a grafia dos nomes tribais* e *A grafia de nomes tribais brasileiros*. Reunir esses documentos, que foram publicados na década de 1950 em números diferentes da *Revista de Antropologia*, tem por

Recebido em 23 de janeiro de 2020.

Aceito em 18 de abril de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.364

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, carlota@ufrj.br, orcid.org/0000-0003-2936-7386

justificativa a menção continuada a esse material aliada a alguma dificuldade de consulta¹. Não obstante a recente disponibilização *online* da maior parte dos volumes da *Revista de Antropologia* pela Universidade de São Paulo, os títulos desses trabalhos não estão no índice de *links* de cada parte do volume anual da *Revista de Antropologia* – reflexo do índice no impresso – e apenas o *link* para a versão completa de cada parte do volume permite encontrar o que não foi publicado como artigo.

A *Convenção* não empregou *etnônimo*, palavra com origem no grego *éthnos*, ‘povo’ e *ónoma*, ‘nome’; em seu lugar empregou *nome tribal*. O termo *etnônimo* já estaria presente na *grafia*.

Um etnônimo pode ser definido como

o nome que se aplica à denominação dos povos, das tribos, das castas ou de agrupamentos outros em que prevalece o conceito de etnia. Estes nomes utilizados na língua comum admitem a forma plural, como todos os outros: *os brasileiros, os portugueses, os espanhóis, os botocudos, os tupis, os tamoios, etc.*

(BECHARA, 1999: 129)

O foco dos etnônimos – e isto os diferencia dos *gentílicos* – não é a localização geográfica de um conjunto de indivíduos (que distingue, por exemplo, os gentílicos *paulistano* e *paulista*) mas, para usar das palavras de Ricardo (1995: 34), uma “*coletividade única [...] e não apenas de uma somatória de pessoas*”. Esta definição, ao identificar um grupo como único, vai ao encontro da definição de *nome próprio* na terminologia onomástica (ICOS/Council of Onomastic Sciences², 2010). O mesmo Conselho, porém, levanta a possibilidade de tratamento diferente para o plural e para o singular:

NOTE: Ethnonyms are not treated as proper names in some languages and by some scholars, e.g. *ingleses* in Spanish. According to some theories, ethnonyms are proper names both in plural and singular, in other theories, ethnonyms in the plural are proper names, in the singular appellatives.

É a atribuição de caráter diferenciado aos etnônimos em textos científicos em português – sua caracterização como nomes próprios (*mas ver nota 6 adiante*), sem marcas flexionais e

1 Em 1999, Júlio César Melatti arrolava esse como um dos motivos para não usar a *Convenção*: “*Os não familiarizados com temas indígenas não sabem de sua existência e nem como procurá-la, esgotados que estão o número da revista e o livro que a estamparam*”. O livro a que Melatti se refere é a obra organizada por Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976).

2 Lê-se na *List of Key Onomastic Terms* : “**proper name** – linguistic expression that uniquely identifies a person, a group of persons, a place, an animal or an object (ship, train...) – e.g. *Earth, Zambezi, Chile, Beijing, David, Victoria, Miikkulainen, Hyundai, Sony, Das Erzgebirge*”.

com grafia próxima a um alfabeto fonético simplificado – o ponto central em debate quanto à aceitação ou não da *Convenção*.

De acordo com o *Dicionário etimológico* de José Pedro Machado, a entrada do vocábulo *etnônimo* em português se dá por volta de 1940. Foi, portanto, uma inovação a inclusão pelo Prof. Evanildo Bechara desse novo termo na sua gramática, que chamava a atenção para os usos diferentes que são admitidos caso um etnônimo venha a ser empregado num texto científico:

Por convenção internacional de etnólogos, está há anos acertado que, em trabalhos científicos, os etnônimos que não sejam de origem vernácula ou nos quais não haja elementos vernáculos não são alterados na forma plural, sendo a flexão indicada pelo artigo plural: *os tupi, os nambiquara, os caiuíá, os tapirapé, os bântu, os somáli, etc.*
(BECHARA, 1999: 129)

Uma vez que a *Convenção* propunha um uso especializado para emprego em textos científicos, diferente da ortografia em vigor no português brasileiro, era de se esperar que os grandes jornais do país continuassem a recomendar em seus manuais de redação a ortografia em vigor e a concordância padrão³ e que os dicionários gerais de língua portuguesa publicados no Brasil pudessem adotar diferentes decisões quanto aos etnônimos. O dicionário *Houaiss*, por exemplo, decidiu por incluir apenas as formas aportuguesadas⁴; o dicionário *Aurélio*, por outro lado, resumiu os aspectos mais difundidos da *Convenção* na subentrada *etnônimo brasileiro*⁵ e assinalou com asterisco, dentro dos verbetes, a grafia especializada que podem assumir:

caingangue (a-in). *Bras. S. 2g. 1.Etnôn.* Indivíduo dos caingangues [ou (etnôn. bras.) *Kaingang], povo indígena que habita SP, PR, SC e RS.

carajá². *Bras. S. 2g. 1.Etnôn.* Indivíduo dos carajás [ou (etnôn. bras.) *Karajá], povo indígena da família linguística carajá, tronco macro-jê, que habita as margens do rio Araguaia (MT e TO).

3 No manual do *Estadão* (MARTINS FILHO, 1997: 171): “Use minúsculas:[...] 6 – Nos adjetivos pátrios e gentílicos e nos nomes de tribos indígenas: *os brasileiros, os alemães, os romanos, os guaranis, os xavantes, os tucanos, os caingangues*”. No manual da Folha de São Paulo: “Na Folha, nomes de nações, povos e tribos indígenas do Brasil são flexionados como os de qualquer etnia, povo ou nação: os tupis, os ianomamis, os bantos, os apaches, os franceses, os mexicanos, os lapões” (FOLHA ONLINE, adendo).

4 HOUAISS (2009 – nota gramatical ao verbete “etnônimo”): “a grafia dos etnônimos brasileiros foi estabelecida na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1953; segundo esta, os substantivos e adjetivos são invariáveis e grafam-se, no caso dos primeiros, com inicial maiúscula: os *Apinayé, os Borôro, a cerâmica kadiwéu*; este dicionário somente dá entrada às formas aportuguesadas dos etnônimos”.

5 FERREIRA (1999 – nota em *etnônimo brasileiro*): “Entre os antropólogos que estudam esses grupos indígenas, a grafia dos etnônimos brasileiros adota inicial capitular, não varia em gênero e número, e obedece à convenção para a grafia de nomes tribais recomendada pela maioria dos participantes da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1953”.

De acordo com Ricardo (1995: 34), “[v]ários aspectos dessa convenção são respeitados pelos antropólogos até hoje, mas muitos nunca o foram”. É o mesmo entendimento de Viveiros de Castro (1999: 162n52), para quem a “*convenção de 1953 da ABA [Associação Brasileira de Antropologia] sobre a ‘grafia dos nomes tribais’ nunca foi integralmente respeitada, e a nomenclatura oficial da Funai [Fundação Nacional do Índio] é meramente aleatória*” porque, explica Ricardo (2001: 66), “*oriunda dos seus funcionários (sertanistas) e combinada com outras tomadas de empréstimo dos antropólogos*”.

Os pontos mais lembrados da proposta de normalização são a capitalização dos etnônimos, o emprego de *k*, *w* e *y* – ambos divergentes da ortografia oficial do português brasileiro⁶ quando da elaboração desses documentos – e a concordância nominal.

Com o Acordo Ortográfico de 1990, *k*, *w* e *y* passaram a integrar o alfabeto da língua portuguesa (Base I); quanto à capitalização, passou a ser admitida em textos de especialidades (Base XIX):

As disposições sobre os usos de minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

O *Acordo* firmava ainda o compromisso de a curto prazo estabelecer as grafias das diferentes terminologias científicas nos textos em português:

Art. 2º Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

A grafia diferenciada buscava aproximar-se do Alfabeto Fonético Internacional (IPA) e, assim, tornar tais designações internacionais (RICARDO, 2001: 67). A observação de Ricardo não se aplica à *Convenção*, que se apresentou como uma ferramenta para contornar a penúria do

6 Pela ortografia oficial portuguesa que se seguiu ao Acordo Ortográfico de 1945, “*nomes étnicos de qualquer natureza*” deveriam receber inicial maiúscula: “Os nomes de raças, povos ou populações, qualquer que seja a sua modalidade [...] escrevem-se todos com maiúscula inicial, por constituírem verdadeiras formas onomásticas. Exemplos: *os Açorianos, os Americanos, os Brasileiros, os Cariocas, os Hispanos, os Lisboetas, os Louletanos, os Marcianos, os Mato-Grossenses, os Minhotos, os Murtoseiros, os Negros, os Portugueses, os Tupinambás* [...]” (Base XXXIX).

parque gráfico à época. Essa pobreza, pelo menos até a década de 1970, relegou o IPA a segundo plano no Brasil, favorecendo alfabetos fonéticos cujos símbolos pudessem ser compostos numa máquina de escrever comum.

A par com a aceitação, ainda que parcial da *Convenção*, há quem a rejeite porque a entende como um modo de equiparar povos indígenas a espécies animais e vegetais:

Há quem rejeite a convenção da ABA por sua suposta pretensão de estabelecer uma nomenclatura científica de tipo botânico ou zoológico — isto é, por ‘naturalizar’ as sociedades indígenas (Vidal & Barreto F^o, 1997: 160 n. l). Mas há quem entenda (e estou com estes) que pior que tal ‘naturalização’ é a ‘aculturação’ forçada pelo abasileiramento dos etnônimos.

[...] escrever, por exemplo, os Araweté, em lugar de os arawetés, é um modo, certamente simbólico, de reconhecer um coletivo linguístico, étnico e territorial diferenciado dentro da ‘comunhão nacional’. (A questão é outra, naturalmente, quando são os próprios índios que decidem como se haverá de grafar seu etnônimo, como acontece nos grupos que utilizam a escrita, em português e/ou no vernáculo nativo).

(CASTRO, 1999: 162-163n52)⁷

Ou ainda, pelo caráter discriminatório que confere a esses povos:

Não é uma atitude respeitosa grafar com inicial maiúscula ou não flexionar em gênero e número. Atitude respeitosa é tratar com absoluta igualdade, o que significa, na grafia de nomes de povos indígenas e africanos, escrever como se escrevem todos os demais. Na verdade, se há um termo profundamente discriminatório é o adjetivo *tribais* no nome da convenção. Não se usa *tribal* para fazer referência a portugueses, franceses, alemães, suecos e islandeses. Eles são povos. Por que então os povos indígenas são tribos?

(FIORIN & PETTER, 2008:11)

Aceitar a *Convenção*, aceitá-la parcialmente ou rejeitá-la (e então decidir por uma grafia) geram grande variabilidade gráfica⁸ na atualidade, o que acaba por levar cada autor a justificar a decisão tomada. Um exemplo em Lima (2018: 10 n. 3):

Na atualidade há quatro grafias possíveis: *Wapichan* escrita com *ch* e sem a vogal “a” no final constante na gramática nativa *Wapichan paradan idia’na aichapkary pabinak na’ik*

7 No trabalho de Lux B Vidal e Henyo T. Barretto Filho (O elo perdido, *Anuário Antropológico*, 21(1): 159-188, 1997), a primeira nota informa que “*grafia de nomes indígenas segue a aqui as orientações de Julio Cesar Melatti e as críticas deste à CGNT (Convenção para a Grafia de Nomes Tribais, estabelecida pela ABA, no Rio de Janeiro, em 1953), em especial à pretensão desta em constituir-se numa nomenclatura científica para as sociedades indígenas, como se fossem espécies animais e vegetais (Melatti 1979 e 1989)*”.

8 Para Câmara Jr (1955:125), sem a normalização “*de muitos etnônimos se encontram na bibliografia até cinco, seis ou mais variantes, divergindo de acordo com a nacionalidade dos pesquisadores ou o seu maior ou menor apuro auditivo*”.

kadyzyi kid (CAMILO; OLIVEIRA; SILVA, 2015); *Wapichana* com *ch* que é a maneira como os indígenas grafam em português a palavra na Malacacheta, inclusive com registro gráfico no *Paradakary Urudnaa*, o dicionário de Wapichana para português e vice-versa; *Wapixana* com *x* que representa a forma aportuguesada (ou traduzida) do vocábulo; *Wapishana* com *sh* que constitui a forma usual adotada no inglês, forma utilizada na tese de Farage (1997). A convenção aqui adotada grafa *Wapichana* com inicial maiúscula e *ch* ao se referir a este povo como coletividade. Nos demais contextos grafa-se a palavra com inicial minúscula: *os nomes wapichana*, *as crenças wapichana*, etc. Segundo Migliazza (1967, p. 169), o termo Wapichana “é usado para designar, no Brasil e na República Cooperativa da Guiana, os falantes de dois dialetos mutuamente inteligíveis: Wapishana e Atoraf”. Santos (2006) mostra que outros tantos nomes foram citados na literatura com referência aos Wapichana: *Wapityan*, *Wapitschana*, *Matisana*, *Uapixana*, *Vapidiana*, *Attaray*, *Dauri*, *Atorayu*, *Vapidiana Verdadeiro*, *Aturaiu*, *Amaripás*, *Maopitian* e *Wapichiyana*.

Os nomes dos povos podem ser os nomes das línguas que falam – e o debate se estende para os glossônimos: “*como muitas línguas faladas por esses povos ainda não são escritas, não aportuguesar é escrever à maneira de ingleses e franceses e não respeitar as formas linguísticas africanas ou indígenas*” (FIORIN & PETTER, 2008:11).

2. Sobre a elaboração desses documentos

De 8 a 14 de novembro de 1953 realizava-se no Museu Nacional, já então incorporado à Universidade do Brasil⁹, a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. A Linguística estava listada entre os 11 “*centros de interesse*” na chamada de trabalhos para o encontro, publicada pelo antropólogo Egon Schaden (1913-1991) na seção *Pequenas comunicações* do primeiro número da *Revista de Antropologia*, que ele fundara:

Como centros de interesse para as comunicações estabeleceram-se os tópicos seguintes: problemas de ensino de antropologia; possibilidades de pesquisa e de exercício de atividade técnico-profissional (instituições oficiais e particulares); o indígena; o negro; o branco povoador, imigrantes de diferentes origens; estudo de comunidades; áreas regionais; cultura e personalidade; antropologia física; arqueologia; linguística.

(SCHADEN, 1953: 72)

9 O Decreto-Lei Nº 8.689, de 16 de janeiro de 1946 incorporou o Museu Nacional à então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. A 1ª Reunião foi “*iniciativa do Museu Nacional e se realizara sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura por intermédio da Reitoria da Universidade do Brasil*” (*Anais da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia*).

O *Noticiário* do número da *Revista de Antropologia* posterior à realização do evento trazia as áreas da Linguística que tinham sido focalizadas e seus relatores¹⁰:

11 - Linguística --- a) Geral – Matoso Câmara (Faculdade Nacional de Filosofia); b) Dialectologia – Serafim da Silva Neto¹¹; c) Bibliografia dos idiomas indígenas --- Jörn Philipson (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

(*Revista de Antropologia*, 2 (1): 77-78, 1954)

A essa pequena lista o *Noticiário* acrescentava que, “*relatado pelo professor Matoso Câmara, estabeleceu-se uma convenção para a grafia dos nomes tribais indígenas brasileiros em texto português*”. A *Convenção* seria publicada na seção *Pequenas comunicações* da segunda e última parte do volume 2, 1954, da *Revista de Antropologia*.

Igualmente publicada na seção *Pequenas comunicações* da *Revista de Antropologia*¹², já em 1955, o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), ausente da reunião de Salvador, prepararia, em acordo com a *Convenção*, a *Grafia de nomes tribais brasileiros*, uma longa lista de 1162 itens elaborada com “*base na relação que acompanha o mapa etnográfico de Curt Nimuendajú*”.

Não era pouco trabalho, porque a lista de Nimuendajú se regia por princípios bem diferentes daqueles que Câmara Jr. deveria aplicar à sua lista. Como notaram Emmerich & Leite (1987:28-29), a amplitude do trabalho de Nimuendajú o levava a assinalar de modo distinto os grupos extintos, os grupos existentes e os aldeamentos abandonados:

10 A 1ª Reunião não tomou o formato de congresso, o que explica a lista de relatores: “*consistiu por assim dizer num balanço dos estudos antropológicos feitos no Brasil até àquela data; ao invés de ‘teses’, de trabalhos de livre escolha, de comunicações individuais, o temário constou, por deliberação da respectiva comissão organizadora [...], de relatórios sobre o estado dos problemas de ensino de Antropologia e as possibilidades de pesquisa e do exercício de atividades técnico-profissionais, no País, bem como sobre os estudos realizados nos campos de etnografia indígena, contribuições culturais do aborígine, do negro e do branco, de comunidades, de áreas regionais, de cultura e personalidade, de antropologia física, arqueologia e linguística*” (*Anais da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia*).

11 SERAFIM DA SILVA NETO (1917-1960) marcava na Reunião sua preocupação com a Dialectologia no Brasil: “*No dia 14 de novembro de 1953, na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional, fundou-se, por proposta de Serafim da Silva Neto (votada unanimemente), o Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira.*[...] (*Revista Brasileira de Filologia* 1955(1) : 83, “*Noticiário*” - citado em COELHO, 1998: 105). Olga Coelho reportava, então, o comentário de Câmara Jr. já bem posterior à realização da Reunião – em 1968 – de que a criação desse Centro “*acabaria por não se desenvolver efetivamente*” (COELHO, 1998: 105). No artigo referido por Coelho, Câmara Jr. afirmava que “*Silva Neto planejou um centro de dialectologia no Museu Nacional (Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira) até agora não executado*” (CÂMARA JR. [1976 [1968]: 56).

12 Esse trabalho seria republicado na *Revista de Atualidade Indígena*, da FUNAI/Fundação Nacional do Índio em 1979.

O estudo das variações da ortografia portuguesa e grafia fonética demonstra serem eles modos de reforçar a mesma informação. Assim, enquanto os extintos Canindé do Ceará e da Paraíba estão registrados com a ortografia portuguesa, para os Kanamarí, grupo do rio Purus ainda existente, é utilizada grafia fonética. Do mesmo modo, tem-se Kabiši, Arekuná, Arikapú, Wapiçana, Yurúna etc, grupos existentes, registrados em convenção fonética, e Cachiné, Arequena, Aricari, Uariua, Juruena etc., grupos extintos, para os quais é usada a convenção ortográfica do português.

[...]

é possível encontrar três grafias diferentes para um mesmo grupo. Por exemplo, ocorrem Tučinawa e Tuchinawa no mapa e Tušinawa no índice. A entrada Tušinawa no índice indica que se trata de um grupo não totalmente extinto e a alternância Tučinawa e Tuchinawa, no mapa, indica que está extinto o grupo outrora localizado em território brasileiro, estando os remanescentes em país de língua espanhola.

(EMMERICH & LEITE, 1987: 29)

Os modos distintos aplicados por Nimuendajú o fizeram escrever os etnônimos de modos diferentes fosse no próprio mapa ou com diferenças entre o mapa e o índice que acompanha o mapa também para não perder “*a informação quanto à natureza e procedência das fontes bibliográficas*”. E as autoras explicam: “*Por exemplo, tem-se nos índices as formas Coussani e Quiloaza e nos mapas Cussani e Quiloasa, variações essas que indicam serem os grupos extintos e que a fonte bibliográfica é francesa no primeiro caso e espanhola no segundo*” (Emmerich & Leite, 1987: 29).

Ainda a *Revista de Antropologia* publicaria, no volume seguinte a este último, sob o título *Nomes tribais*, nova lista, pelo linguista checo Chestmir Loukotka (1895-1966), que admitia que alguns nomes de sua lista estavam grafados “*segundo uma transcrição adaptada à do referido artigo, outros talvez não*”.

A *Convenção* de 1953 não trazia o caráter de uma normalização obrigatória; podia ser aplicada, caso se quisesse, a etnônimos “*de qualquer parte do mundo*”; e previa a possibilidade de sofrer revisões no futuro:

Os abaixo-assinados, participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, resolvem para seu uso próprio e de quantos queiram a eles aderir, cingir-se às normas acima, para a grafia dos nomes tribais brasileiros em texto português, reservando-se o direito de rever essas Normas em futura Reunião de Antropologia; outrossim, fica entendido que cada um dos que as adotarem poderá, se lhe parecer conveniente, estender essas Normas à grafia de nomes tribais, em geral, de qualquer parte do mundo.

Em 1980 o Relatório do Grupo de Trabalho da ABA, coordenado pelo linguista Nelson Rossi (1927-2014), reconhecia a

crescente e já bastante sedimentada aderência dos antropólogos e linguistas brasileiros (e de muitos estrangeiros) à maior parte de suas normas, o que já caracteriza uma ponderável tradição no uso daquelas normas. Esse amplo uso da *Convenção* em obras científicas de antropologia e linguística revela também que algumas das normas convencionadas têm sido menos observadas e parece-nos que isto tem acontecido especialmente com respeito àquelas que, de fato, são mais questionáveis sobre vários pontos de vista e que, por isso, mostram-se merecedoras de revisão.

O *Relatório* sugeria ainda, para ampliar a circulação de grafias de etnônimos em acordo com as normas da *Convenção* de 1953,

a hipótese de a ABA recomendar a dicionaristas e lexicógrafos que as incluam nos dicionários e glossários, ao lado das grafias canonicamente ortográficas (entre parênteses) ou em listas-apêndices como as usuais para abreviaturas de expressões ou frases consagradas em língua estrangeiras (latim, francês, inglês etc.).

Concluía com a sugestão de que se constituísse nova comissão temporária para “*empreender a revisão e ampliação da lista de etnônimos grafada segundo as normas da referida convenção*” em prazo determinado, para conhecimento e discussão por todos os membros da ABA.

* * *

Apresentam-se a seguir, sob a forma de anexos, a *Convenção* e a *Grafia*. Nesta mantivemos a paginação e introduzimos numeração para os etnônimos.

Anexo 1

(Extraído da *Revista de Antropologia*, 2 (2):150-152 – Dez. 1954)

CONVENÇÃO PARA A GRAFIA DOS NOMES TRIBAIS

(Assinada pela maioria dos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia)

- 1) Atender à questão prática da pobreza das nossas tipografias em linotipos e monotipos.
- 2) Aceitar o dígrafo, i. e., o uso de duas letras para um som vocal uno, quando para evitá-lo seria preciso usar caracteres tipográficos muito especiais.
- 3) Limitarmo-nos aos caracteres do alfabeto latino, não só para evitar dificuldade tipográfica, mas também um aspecto gráfico esdrúxulo com a intercalação, no texto português corrido de caracteres heteróclitos.
- 4) Ao contrário da atitude atual da filologia portuguesa, inspirada em Gonçalves Viana, não nos limitarmos às letras consideradas genuinamente portuguesas, mas incluir o *k*, *y* e *w*, cômodos e até indispensáveis.
- 5) Banir a dualidade de representação para um mesmo som vocal e portanto banir as letras que só representam um som em condições parciais, como *c* e *q*, substituíveis por *k*.
- 6) Usar apenas os sinais diacríticos usuais, como o trema, o acento agudo e o acento circunflexo (o til e o acento grave não terão oportunidade de serem usados, como veremos em 15 e 16).
- 7) Não procurar cingir estritamente a pronúncia da língua índia, mas usar um sistema lato (ing. *broad transcription*), só distinguindo os sons vocais da natureza dos que possuímos e os que nos é relativamente fácil pronunciar por conhecê-los de outras línguas ocidentais (*u* francês, *ch* inglês, etc.) ou por compreender-lhes facilmente a articulação, como as consoantes aspiradas e as geminadas.
- 8) Nestas condições dividir os sons vocais em-- *VOGAIS* e *CONSOANTES*, e dividir esses dois tipos básicos em alguns subtipos gerais apenas.
- 9) Para as *CONSOANTES* considerar: 1) - Quanto à maneira de emissão da corrente de ar: a) oclusivas; b) constrictivas; c) africadas; d) nasais; e) líquidas. 2) - Quanto ao ponto articulatório: a') labiais; b') ântero-linguais; c') médio-linguais (nas constrictivas, africadas, nasais e líquidas); d') póstero-linguais (nas oclusivas e nasais). Portanto: a) *p, b, t, d, k, g*; b) *f, v, s, z, x, j*; c) *tx, dj*, que são médio-palatais na 2a. fase articulatória, e qualquer outra africada, decompondo-a na oclusiva correspondente à 1a. fase articulatória e na constrictiva correspondente à 2a. fase articulatória; d) *m, n, ñ, n, ng*; e) *r, l, lh*, ficando o *r* com a capacidade de representar qualquer modalidade da vibrante.
- 10) Quando a consoante é de tipo fora do comum para nós, por combinar uma dada maneira de emissão da corrente de ar com um ponto articulatório que entre nós não se combina com essa maneira de emissão, dar preferência à coincidência do ponto articulatório entre a consoante em questão e a nossa, representando a consoante como se a maneira de emissão da corrente de ar fosse a da nossa; assim, uma constrictiva bilabial será indicada por *p*, que é oclusiva bilabial; uma constrictiva póstero-lingual, será indicada por *k*, que é oclusiva póstero-lingual, etc.
- 11) Representar a aspiração, usando a letra *h* isolada ou combinada com uma consoante oclusiva, se esta é aspirada (*kh, th*, etc.) e não representar a aspiração nos outros tipos de consoante, o que é um caso muito raro, atendendo à segunda parte de 7) .

- 12) Representar o *glottal stop* por um hífen (-), colocado entre as duas letras correspondentes aos dois sons vocais entre os quais êle se verifique.
- 13) Para as vogais, considerar: a) o avanço da língua sem arredondamento dos lábios, como nas nossas vogais anteriores ou palatais; b) o recuo da língua com o arredondamento dos lábios, como nas nossas vogais posteriores também ditas velares ou labiais; c) o avanço da língua com arredondamento e o recuo da língua sem arredondamento, o que constitui as vogais chamadas "mistas" em fonética (*u* francês de *nu*, *eu* francês de *feu*, *u* inglês de *but*, etc.).
- 14) Usar as vogais portuguesas para a) e b) sem procurar distinguir nas sílabas átonas vogais abertas e fechadas; e usar as vogais *a*, *o*, *u*, com trema para as mistas: a) *a*, *e*, *i*; b) *o*, *u*; c) *ã*, *õ*, *ü* (assim, por causa de l), tanto o *eu* de *feu* como o *u* de *but* serão indicados por *õ*.
- 15) Representar as vogais nasais pela vogal correspondente seguida de *n*, sem cogitar de distinguir a vogal nasal pura e a vogal seguida de consoante nasal na mesma sílaba e por isso nasalizada.
- 16) Representar a vogal tônica dos tipos 14a e 14b por acento agudo, se é aberta, ou para *i* e *u* em qualquer caso, e pelo acento circunflexo, se é fechada.
- 17) Quando no nome tribal aparece uma vogal mista (tremada) e não há acento em outra vogal, entende-se que esta vogal mista é a tônica.
- 18) Do nosso alfabeto usual, ficam, portanto, sem aplicação as letras *c* e *q*, o acento grave e o til.
- 19) Em compensação introduz-se o *y* e o *w* para distinguir da vogal *i* ou *u*, respectivamente, a semiconsoante correspondente, i. é, uma articulação em que há sensível constrição da corrente de ar na parte pré-vocálica da sílaba, quando essa semiconsoante es tiver isolada.
- 20) Os nomes tribais se escreverão com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival.
- 21) Os nomes tribais de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados terão a grafia portuguesa e a flexão portuguesa, mas também se escreverão com letra maiúscula.
- 22) Os nomes tribais de 1) a 20) não terão flexão portuguesa de número ou gênero, quer no uso substantival, quer no adjetival.

* * *

Os abaixo-assinados, participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, resolvem para seu uso próprio e de quantos queiram a eles aderir, cingir-se às normas acima, para a grafia dos nomes tribais brasileiros em texto português, reservando-se o direito de rever essas Normas em futura Reunião de Antropologia; outrossim, fica entendido que cada um dos que as adotarem poderá, se lhe parecer conveniente, estender essas Normas à grafia de nomes tribais, em geral, de qualquer parte do mundo.

Sala de Sessões, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1953.

Anexo 2(Extraído da *Revista de Antropologia*, 3(2):125-132 – Dez. 1955)**A GRAFIA DOS NOMES TRIBAIS BRASILEIROS**

A fim de se alcançar uma progressiva uniformização da grafia dos nomes tribais brasileiros, a maioria dos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro, 1953) assinou uma convenção, cujo texto foi publicado na *Revista de Antropologia* (vol. 2, n.º 2, dezembro de 1954). A pedido da comissão que o elaborou, o Prof. J. Mattoso Camara Jr., da Universidade do Brasil, enviou à 2ª Reunião Brasileira de Antropologia (Salvador, 1955) extensa lista de etnônimos grafados segundo o referido sistema. Tomou por base a relação que acompanha o grande mapa etnográfico de Curt Nimuendajú e que abrange quase todos os nomes tribais conhecidos. É, salvo poucas omissões e acréscimos, a que ora divulgamos, para que possa ser objeto de discussão a crítica da parte dos especialistas. A adoção de uma lista mais ou menos definitiva só poderá ser conseguida paulatinamente, mediante colaboração e entendimento de quantos trabalhem no campo de nossa etnologia indígena. De muitos etnônimos se encontram na bibliografia até cinco, seis ou mais variantes, divergindo de acordo com a nacionalidade dos pesquisadores ou o seu maior ou menor apuro auditivo. Delas, Nimuendajú escolheu a que lhe pareceu a mais razoável. É provável que em muitos casos corresponda à pronúncia correta da palavra, ao passo que em muitos outros deverá sofrer substituição. Aos etnólogos e linguistas caberá contribuir com os seus conhecimentos e a sua experiência para se chegar a uma solução satisfatória do problema, que será objeto de nova discussão na 3ª Reunião Brasileira de Antropologia, a realizar-se em 1957 na cidade de Recife.

- | | | |
|---------------------|-------------------|---------------------|
| 1. Abaeté | 22. Akriú | 43. Angaité |
| 2. Abaní | 23. Akroá | 44. Anhangati-nínga |
| 3. Abatihe | 24. Akroá-Gaméla | 45. Anibá |
| 4. Aberiâna | 25. Akúria | 46. Anikún |
| 5. Abipôn | 26. Akuên-Xavánte | 47. Ankêt |
| 6. Abíra | 27. Alaruá | 48. Ânta |
| 7. Abitâna-Wainân | 28. Amahuáka | 49. Anunzê |
| 8. Abóba | 29. Amanayé | 50. Apakatxodéguo |
| 9. Abutxéta | 30. Amanajú | 51. Apairandé |
| 10. Agá | 31. Amaríba | 52. Apalaí |
| 11. Agilót | 32. Amarizána | 53. Ápama |
| 12. Agitegedi-Txagá | 33. Amena-Diapá | 54. Apâniekra |
| 13. Aguanátio | 34. Amikuân | 55. Aparáí |
| 14. Aguarikóto | 35. Amniapé | 56. Apehôu |
| 15. Aimoré | 36. Amoipira | 57. Apiaká |
| 16. Aisuáre | 37. Amorúa | 58. Apinayé |
| 17. Aiwaterí | 38. Anasé | 59. Aporôño |
| 18. Ajuré | 39. Anajá | 60. Apotiânga |
| 19. Akariâna | 40. Anambé | 61. Apotó |
| 20. Akawái | 41. Anapurú | 62. Arakajú |
| 21. Akonguasú | 42. Andirá | 63. Arakureôno |

- | | | |
|----------------------|------------------|-------------------------|
| 64. Araé | 110. Arüna | 156. Burué |
| 65. Aramayú | 111. Asawinawí | 157. Buskipaní |
| 66. Aramíxo | 112. Ataikáya | 158. Canelas |
| 67. Aramurú | 113. Atalála | 159. Canoeiros |
| 68. Aranân | 114. Atorái | 160. Coroados |
| 69. Arañí | 115. Atruahí | 161. Datuâna |
| 70. Araôna | 116. Áture | 162. Davinaví |
| 71. Arapáso-Tapúya | 117. Aukuruí | 163. Demakurí |
| 72. Arapiyú | 118. Avahuahü | 164. Desâna |
| 73. Arara | 119. Avantiú | 165. Diagíta |
| 74. Arara-Tapúya | 120. Avanení | 166. Diáu (Tirió) |
| 75. Araráwa | 121. Axagua | 167. Dióre |
| 76. Ararü | 122. Axluslá | 168. Dóa |
| 77. Aratxâne | 123. Ayâno | 169. Dzubukuá |
| 78. Aratú | 124. Awakatxi | 170. Ebidóso |
| 79. Aravíra (Borôro) | 125. Awaké | 171. Edjéo |
| 80. Aráwa | 126. Awetí | 172. Emerillons |
| 81. Arawák | 127. Azâneni | 173. Enenslet (Angaité) |
| 82. Arawatí | 128. Azuríní | 174. Enímaga |
| 83. Arawiné | 129. Baenân | 175. Epjibegodegí |
| 84. Arayó | 130. Baepuát | 176. Erulía |
| 85. Árda | 131. Bahuâna | 177. Espinhos |
| 86. Arebokôno | 132. Bahúkiwa | 178. Etwét |
| 87. Arekuná | 133. Bakairí | 179. Éye |
| 88. Arekêna | 134. Bakué | 180. Fitíta |
| 89. Areviriâna | 135. Baniwa | 181. Fulnió |
| 90. Ariâne | 136. Bará | 182. Fusagasuká |
| 91. Arihini-Baré | 137. Barawâna | 183. Galibí |
| 92. Arikapú | 138. Barbados | 184. Gamelas |
| 93. Arikarí | 139. Baré | 185. Garañún |
| 94. Arikên | 140. Barinagóto | 186. Gavião |
| 95. Arikosé | 141. Baturité | 187. Gegé |
| 96. Arinagóto | 142. Bauré | 188. Genóa |
| 97. Aríno | 143. Ben-Diapá | 189. Gentúse |
| 98. Aripuaná | 144. Betóya | 190. Gerén |
| 99. Ariú | 145. Besitiakáp | 191. Ginaú |
| 100. Armagotú | 146. Biriwoné | 192. Gisná |
| 101. Armakóto | 147. Biturúna | 193. Gorgotokí |
| 102. Arowáрге | 148. Boanarí | 194. Gorotirí |
| 103. Aruá | 149. Boca-preta | 195. Goyá |
| 104. Aruán | 150. Bohâne | 196. Goyaná |
| 105. Aruák | 151. Bóime | 197. Guakabáyo |
| 106. Aruarí | 152. Borôro | 198. Guákara |
| 107. Aruaxí | 153. Botocudos | 199. Guatxí |
| 108. Arupái | 154. Buhágana | 200. Guatxípa |
| 109. Arúro | 155. Buritiguára | 201. Guadáxo |

- | | | |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| 202. Guaharíbo | 248. Hohódene | 294. Jaikó |
| 203. Guahíbo | 249. Hon-Diapá | 295. Jakareguá |
| 204. Guahuára | 250. Horío | 296. Jakariá |
| 205. Guaináre | 251. Huatxípairí | 297. Jakundá |
| 206. Guaipína | 252. Huamói | 298. Jamundá |
| 207. Guaikiri | 253. Huarí | 299. Jandoín |
| 208. Guajá | 254. Huárpe | 300. Jarikúna |
| 209. Guajajára | 255. Huéxo | 301. Jarú |
| 210. Guajará | 256. Humahuáka | 302. Jauarí |
| 211. Guajejú | 257. Ibanôma | 303. Jê |
| 212. Gualatxí | 258. Idapimináre | 304. Jêiró |
| 213. Guâmo | 259. Igapuitariyra | 305. Jenipápo |
| 214. Guaná | 260. Igaruâna | 306. Jeruvitxahêna |
| 215. Guañaná | 261. Ihini-Baré | 307. João |
| 216. Guanaré | 262. Ihuruâna | 308. Juberí |
| 217. Guanarú | 263. Ikáte | 309. Juká |
| 218. Guanavéna | 264. Ikó | 310. Jujuí |
| 219. Guâne | 265. Ikatxodéguo | 311. Jundiahí |
| 220. Guapindáya | 266. Imamarí | 312. Júre |
| 221. Guakiraró | 267. Imboré | 313. Jurí |
| 222. Guaraní | 268. Imôno | 314. Juruêna |
| 223. Guarañóka | 269. Inoparí | 315. Kaaguá |
| 224. Guaratégaja | 270. Indamá | 316. Kaapína |
| 225. Guaráyo | 271. Ingahíba | 317. Kabixí |
| 226. Guaríno | 272. Ingain | 318. Kabokêna |
| 227. Guarú | 273. Ingarikó | 319. Kaburisêna |
| 228. Guaxarápo | 274. Iñamún | 320. Kadawapuritâna |
| 229. Guaxiná | 275. Ipéka-Tapúya | 321. Kadekili-Diapá |
| 230. Guayakí | 276. Ipotuát | 322. Kadigé |
| 231. Guayanán | 277. Ipurinán | 323. Kadiwéu |
| 232. Guayaná | 278. Ikíto | 324. Kadupinápo |
| 233. Guayâno | 279. Irán-Anráire | 325. Kadiú-Diapá |
| 234. Guaikurú | 280. Irántxe | 326. Kaeté |
| 235. Guayoâna | 281. Irurí | 327. Kafuâna |
| 236. Guapunaví | 282. Itatín | 328. Kaha-Diapá |
| 237. Guairábe | 283. Itén | 329. Kahuapâna |
| 238. Guayúpe | 284. Itipúna | 330. Kahikahü |
| 239. Guikúru | 285. Itogapúk | 331. Kainbé |
| 240. Gurupá | 286. Itonâma | 332. Kaiguá |
| 241. Hâma-Dakenaí | 287. Itoreauhín | 333. Kaikútxâna |
| 242. Haritiahán | 288. Itután | 334. Kaikuxiâna |
| 243. Hahénawa | 289. Iuaparé | 335. Kaingáng |
| 244. Hênia | 290. Itxú | 336. Kayoá |
| 245. Hianákoto | 291. Jubutiféd | 337. Kaipotoráde |
| 246. Hiawahím | 292. Jaguruána | 338. Kaketío |
| 247. Hölöwa | 293. Jaguaribára | 339. Kalapálo |

- | | | |
|---------------------|------------------------|----------------------|
| 340. Kaliâna | 386. Kariniáko | 432. Kênkateye |
| 341. Kalabása | 387. Karatiú | 433. Kenólolo |
| 342. Kalíña | 388. Karayá | 434. Kenpókateye |
| 343. Kaltxakí | 389. Karkaraña | 435. Kepkiriwat |
| 344. Kaltxíne | 390. Kariâna | 436. Kerandí |
| 345. Kamakán | 391. Kariguâna | 437. Kexéruman |
| 346. Kamarkotó | 392. Karinuáka | 438. Kilkáza |
| 347. Kamarinígua | 393. Karipó | 439. Kinâma |
| 348. Kamatika | 394. Karipúna | 440. Kilóto |
| 349. Kamayurá | 395. Karirí | 441. Kinikináo |
| 350. Kâmpa | 396. Karitiâna | 442. Kipéa-Karirí |
| 351. Kamarapín | 397. Kariú | 443. Kirikíre |
| 352. Kamarú-Karirí | 398. Karóto | 444. Kirikiriskóto |
| 353. Kamiáre | 399. Kaskihá | 445. Kiriorípa |
| 354. Kanarín | 400. Kataguá | 446. Kirirí |
| 355. Kanindé | 401. Katarioní | 447. Kirúpa |
| 356. Kanakatéye | 402. Katawián | 448. Kitemóka |
| 357. Kanamarí | 403. Katawixí | 449. Kixelô |
| 358. Kanbóka | 404. Katianá | 450. Kixexêu |
| 359. Kanitxâna | 405. Katoayarí | 451. Koaní |
| 360. Kânua | 406. Katôngo | 452. Kobéwa |
| 361. Kaowirí | 407. Katrimbí | 453. Koerúna |
| 362. Kapaná | 408. Katukína | 454. Koewâna |
| 363. Kapaíre | 409. Katukinarú | 455. Kakáma |
| 364. Kapanáwa | 410. Kauyarí | 456. Kokamila |
| 365. Kapétxene | 411. Kaüaná | 457. Kokozú |
| 366. Kapiekrán | 412. Kauní | 458. Kolíma |
| 367. Kapite-Minanêi | 413. Kaupúna | 459. Kolastiné |
| 368. Kapixaná | 414. Kautaríó (Wanyám) | 460. Komaní |
| 369. Kapoxó | 415. Kavína | 461. Komayâna |
| 370. Kapuêna | 416. Kavére | 462. Kometxíngon |
| 371. Kapuíbo | 417. Kaxágo | 463. Kondurí |
| 372. Karakará | 418. Kaxararí | 464. Kongorê |
| 373. Karaguâna | 419. Kaxináwa | 465. Kontanáwa |
| 374. Karahiarü | 420. Kaxinití | 466. Korabéka |
| 375. Karakatéye | 421. Kaxuiâna | 467. Korázos |
| 376. Karanariú | 422. Kayabí | 468. Korêma |
| 377. Karanbú | 423. Kayâmo | 469. Koroá |
| 378. Karâne | 424. Kayapó | 470. Koroatá |
| 379. Karapeuá | 425. Kayuváva | 471. Korokoró-Tapúya |
| 380. Karapóto | 426. Kayuixâna | 472. Korônda |
| 381. Kararuení | 427. Káwa-Tapúya | 473. Koropó |
| 382. Karíbe | 428. Kawahiwa | 474. Korówa |
| 383. Karihôna | 429. Kawakáwa | 475. Kóto |
| 384. Karijó | 430. Kawaurí | 476. Kouriêne |
| 385. Karimé | 431. Ketxúa | 477. Koussaní |

- | | | |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| 478. Kouaréka | 524. Kuriarâno | 570. Makuráp |
| 479. Koxiponé | 525. Kuriató | 571. Makuxí |
| 480. Kozariní | 526. Kurívaaurâna | 572. Malalí |
| 481. Krahó | 527. Kuruáya | 573. Malbalá |
| 482. Krê-Pumkatéye | 528. Kurukanéka | 574. Malkezí |
| 483. Krekmún | 529. Kurukuân | 575. Mamaindê |
| 484. Krem-Yê | 530. Kurumiá | 576. Mamayaná |
| 485. Krenák (Xonvúgn) | 531. Kurumináka | 577. Manáo |
| 486. Krenén | 532. Kurutxipâno | 578. Mandawáka |
| 487. Kritxaná | 533. Kurupitü | 579. Manetibitana |
| 488. Krixá | 534. Kururí | 580. Manikuéra |
| 489. Kruatíre | 535. Kusarí | 581. Manitenerí |
| 490. Krutriá | 536. Kustenáu | 582. Manititâna |
| 491. Kuaikuéri | 537. Kutaguá | 583. Manitsauá |
| 492. Kuakuá | 538. Kutaxó | 584. Maniân |
| 493. Kuatí-Tapúya | 539. Kutiá-diapá | 585. Maopitiân |
| 494. Kubén-kran-kegn | 540. Kutxiuára | 586. Mápanai |
| 495. Kubén-kran-noti | 541. Kuxiíta | 587. Mapaxó |
| 496. Kuelozí | 542. Kuyäba | 588. Mapóye |
| 497. Kueretú | 543. Kuyanáwa | 589. Mapruân |
| 498. Kuéskue | 544. Kuzkía | 590. Mapuá |
| 499. Kuíka | 545. Laipízi | 591. Marabitâna |
| 500. Kuikútl | 546. Lambí | 592. Maraguá |
| 501. Kuíva | 547. Látxe | 593. Maraká |
| 502. Kujijener | 548. Lavâna | 594. Marakanân |
| 503. Kujúna | 549. Lêngua | 595. Marakaná |
| 504. Kukaráte | 550. Libiriâno | 596. Maraôn |
| 505. Kukóekamékra | 551. Lúle | 597. Marauní |
| 506. Kulinân | 552. Mába | 598. Marawá |
| 507. Kulíno | 553. Mabenáro | 599. Marawaná |
| 508. Kumadá | 554. Magatx | 600. Mariaté |
| 509. Kumada-Minanéi | 555. Mahotóyana | 601. Maribitâna |
| 510. Kumanaxó | 556. Mainbaré | 602. Marigiône |
| 511. Kumanaxô | 557. Maimerá | 603. Marináwa |
| 512. Kumayarí | 558. Maináwa | 604. Mariúsa |
| 513. Kuníba | 559. Maipúre | 605. Marö-Diapá |
| 514. Kunipózana | 560. Majubín | 606. Marúbo |
| 515. Kunuaná | 561. Maká | 607. Marukuevêne |
| 516. Kupen-rop | 562. Mákamekra | 608. Masararí |
| 517. Kranáwe | 563. Makápa | 609. Masirinávi |
| 518. Kurasikarí | 564. Makapaí | 610. Masko |
| 519. Kuráve | 565. Makiritáre | 611. Maskóí |
| 520. Kuraxikâna | 566. Makoní | 612. Masakará |
| 521. Kuremegbéi | 567. Máku | 613. Mataguáyo |
| 522. Kurí | 568. Makú | 614. Matáko |
| 523. Kuría | 569. Makúna | 615. Matanawí |

- | | | |
|----------------------------|--------------------|--------------------|
| 616. Matapí-Tapúya | 662. Mórua | 708. Oorebáte |
| 617. Matará | 663. Múra | 709. Otí-Xavânte |
| 618. Matáwa | 664. Múre | 710. Otomáka |
| 619. Mateiros (Txakamekrá) | 665. Muríva | 711. Otuké |
| 620. Matxíyênga | 666. Mutxojeôn | 712. Otxukayâna |
| 621. Mauitsí | 667. Múzo | 713. Ouranayôu |
| 622. Máulieni | 668. Nahukuá | 714. Oyanpík |
| 623. Mawaiâna | 669. Nahnianúk | 715. Oyarikoulét |
| 624. Mawé | 670. Nakrehé | 716. Óza |
| 625. Mawáka | 671. Naliméga | 717. Paiokonéka |
| 626. Mawákua | 672. Nanbikuára | 718. Pairandí |
| 627. Mayapêna | 673. Napéka | 719. Pakahas-Nóvas |
| 628. Mayé | 674. Naravúte | 720. Pakaléke |
| 629. Mayongong | 675. Natú | 721. Pakaguára |
| 630. Mayorúna | 676. Naúna | 722. Pakajá |
| 631. Mazáka | 677. Naúra | 723. Pakanáwa |
| 632. Mbayá | 678. Navaité | 724. Páka-Tapúya |
| 633. Mbeguá | 679. Nenê | 725. Pakidái |
| 634. Mehínáku | 680. Nep-Nép | 726. Pakú-Tapúya |
| 635. Mejepúre | 681. Ñadiriwa | 727. Palánk |
| 636. Menejôu | 682. Ñawañen | 728. Palánka |
| 637. Menímebe. | 683. Ninakuigíla | 729. Peletên |
| 638. Mepên | 684. Niurukuayé | 730. Palikúr |
| 639. Mepurí | 685. Nokg-Nókg | 731. Palmelas |
| 640. Meramomín | 686. Nokamân | 732. Pâma |
| 641. Mersiú | 687. Noktên | 733. Pamígua |
| 642. Mialát | 688. Nonúya | 734. Pâmpa |
| 643. Minián-Yirúng | 689. Norák | 735. Panpân |
| 644. Minuâno | 690. Noyêne | 736. Panáre |
| 645. Mirânia | 691. Nuára | 737. Panatí |
| 646. Mítua | 692. Nukuiní | 738. Pângua |
| 647. Mítxilingüe | 693. Oivanéka | 739. Pankarurú |
| 648. Mójo | 694. Okâina | 740. Panôno |
| 649. Mokoretá | 695. Oklóya | 741. Pântxe |
| 650. Mokoví | 696. Okongá | 742. Panüáme |
| 651. Mokên | 697. Okóle | 743. Papaná |
| 652. Mongoyó | 698. Okomeziâna | 744. Papateruâna |
| 653. Mo-Noikó | 699. Okrên | 745. Parabayâna |
| 654. Monoxó | 700. Olongásta | 746. Parabazâne |
| 655. Mopereôno | 701. Omágua | 747. Parakóto |
| 656. Moré | 702. Omóá | 748. Paragóto |
| 657. Moríwene | 703. Onikoré | 749. Parahorí |
| 658. Móro | 704. Opâina | 750. Parahüba |
| 659. Morononí | 705. Opayé-Xavânte | 751. Parakanân |
| 660. Morotóka | 706. Orejones | 752. Parapixâna |
| 661. Morú | 707. Orí | 753. Paranawát |

- | | | |
|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| 754. Paraparukóta | 800. Pimenteiras | 846. Rokorôna |
| 755. Paraviâna | 801. Pinaré | 847. Romarí |
| 756. Paráwa | 802. Píno | 848. Rukuyéne |
| 757. Paraxín | 803. Piñóka | 849. Runanáwa |
| 758. Paréka | 804. Pipipân | 850. Sabôibo |
| 759. Paresí | 805. Pirahá | 851. Sakáka |
| 760. Pariagóta | 806. Pirá-Tapúya | 852. Sakarú |
| 761. Pariâna | 807. Piríu | 853. Sakriabík |
| 762. Parení | 808. Pisá-Tapúya | 854. Sakuya |
| 763. Parikí | 809. Pitá | 855. Salíva |
| 764. Parikotó | 810. Pitsóbu | 856. Salumá |
| 765. Parintintín | 811. Pixaukó | 857. Sanagásta |
| 766. Parirí | 812. Pobüé | 858. Sanapaná |
| 767. Pariwáya | 813. Poimesâno | 859. Sanavirón |
| 768. Patamôna | 814. Pontá | 860. Sanináwa |
| 769. Patos | 815. Ponrekamékra | 861. Saporá |
| 770. Patití | 816. Potên | 862. Sapukí |
| 771. Pataxó | 817. Potiguára | 863. Sapupé |
| 772. Paudakóto | 818. Poturéra | 864. Sapúya |
| 773. Paumarí (Puxupuxú) | 819. Poütxá | 865. Sára |
| 774. Paunaka | 820. Poyanáwa | 866. Saravéka |
| 775. Pauxiâna | 821. Prajé | 867. Sensí |
| 776. Pauxí | 822. Pratió | 868. Seregong |
| 777. Paüpayá | 823. Proká | 869. Sewakú |
| 778. Pawâna | 824. Puipuitêna | 870. Sikiâna |
| 779. Pawatê | 825. Puináve | 871. Sinabú |
| 780. Pawunwa | 826. Pukapakúri | 872. Siparigóto |
| 781. Payakú | 827. Pukópüe | 873. Sipíbo |
| 782. Payaguá | 828. Pulár | 874. Sipó |
| 783. Payáwa | 829. Purí | 875. Serineiri |
| 784. Payáya | 830. Puruborá | 876. Sirionó |
| 785. Payoáliêne | 831. Purukaród | 877. Siusi-Tapúya |
| 786. Pazâine | 832. Purukotó | 878. Sosiagái |
| 787. Pazé | 833. Purumamárka | 879. Suberiôno |
| 788. Péba | 834. Purupurú | 880. Sukuriyú-Tapúya |
| 789. Pedrázas | 835. Putü | 881. Sutagáo |
| 790. Pégas | 836. Puyamumanáwa | 882. Suyá |
| 791. Penokikía | 837. Puxakáze | 883. Tabajarí |
| 792. Períá | 838. Râma-Râma | 884. Tagnaní |
| 793. Pesatúpe | 839. Ramkókamekra | 885. Taipe-Xíxi |
| 794. Péwa | 840. Rangu-Pikí (Tixió) | 886. Takarijú |
| 795. Pianokotó | 841. Rankéltxe | 887. Takayúna |
| 796. Piapái | 842. Rêmo | 888. Takuatíb |
| 797. Piapóko | 843. Reriiú | 889. Taluhét |
| 798. Piaróa | 844. Resigáro | 890. Tâma |
| 799. Pidá-Düapá | 845. Rodelas | 891. Tamanáko |

- | | | |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| 892. Tamankín | 938. Tiverighóto | 984. Tuxá |
| 893. Tamararé | 939. Terêna | 985. Tuxináwa |
| 894. Tamianak | 940. Tivitíra | 986. Tuyineirí |
| 895. Tamóyo | 941. Tóba | 987. Tuyuka-Tapúya |
| 896. Tanimbuká-Tapúya (Opáina) | 942. Tobajára | 988. Txaguán |
| 897. Táó | 943. Tobatxâna | 989. Txakamékra |
| 898. Tapakuá | 944. Tohazâna | 990. Txakóbo |
| 899. Tapajó | 945. Tokayó | 991. Txakói |
| 900. Tapakurá | 946. Tokantín | 992. Txâma |
| 901. Taparítos | 947. Tokoyêne | 993. Txamakóko |
| 902. Tapayúna | 948. Tomakusí | 994. Txaná |
| 903. Tápe | 949. Tomokôn | 995. Txaná-Mbeguá |
| 904. Tapehikía | 950. Tomoêno | 996. Txaná-Tinbú |
| 905. Tapiéte | 951. Tonokoté | 997. Txané |
| 906. Tapií | 952. Tonoyêne | 998. Txapakúra |
| 907. Tapiíra-Tapúya | 953. Toósle | 999. Txapáro |
| 908. Tapíra | 954. Topín | 1000. Txarúa |
| 909. Tapirapé | 955. Tóra | 1001. Txetxehét |
| 910. Tapiráwa | 956. Toré | 1002. Txíbtxa |
| 911. Tapoáva | 957. Toromára | 1003. Txikoâna |
| 912. Tapuiusú | 958. Tororí | 1004. Txikí |
| 913. Tarairüouw | 959. Tremembé | 1005. Txirábo |
| 914. Tarapekosí | 960. Trumaí | 1006. Txirikún |
| 915. Tariâna | 961. Tsahátsaha | 1007. Txiriguâno |
| 916. Taripí | 962. Tsirákua | 1008. Txirikôa |
| 917. Tarumá | 963. Tsölá | 1009. Txiríva |
| 918. Tatú-Tapúya | 964. Tsöloá | 1010. Txítaréro |
| 919. Taulipang | 965. Tsúva | 1011. Txíú |
| 920. Tavên | 966. Tukanusú | 1012. Txokó |
| 921. Tawarí | 967. Tukâna-Tapúya | 1013. Txontakíro |
| 922. Tawitê | 968. Tukumanféd | 1014. Txonvúng |
| 923. Tégua | 969. Tujukú | 1015. Txorotí |
| 924. Tembê | 970. Tukupú | 1016. Txuêna |
| 925. Temiminó | 971. Tukúna | 1017. Txukúna |
| 926. Terêna | 972. Tukun-Düapá | 1018. Txulupí |
| 927. Teweyâ | 973. Tumerhân | 1019. Txunupí |
| 928. Tikúna | 974. Tunátxo | 1020. Txurápa |
| 929. Tilkára | 975. Tunayâna | 1021. Txuróya |
| 930. Tiliâno | 976. Tunébo | 1022. Txurumáta |
| 931. Timaoân | 977. Tuparí | 1023. Ugarâño |
| 932. Timinahá | 978. Tupí | 1024. Umân |
| 933. Timbóra | 979. Tupiná | 1025. Umotína |
| 934. Timirên | 980. Tupinakín | 1026. Umuânpa |
| 935. Timóte | 981. Tupinambá | 1027. Uniní |
| 936. Timbú | 982. Tupinambarâna | 1028. Upuruí |
| 937. Tirió | 983. Turiwára | 1029. Uruatí |

1030. Urubú	1075. Wasabü	1120. Yapówa
1031. Urubú-Tapúya	1076. Watadéo	1121. Yarikuí
1032. Urukú	1077. Waurá	1122. Yaró
1033. Urukuái	1078. Wauwarate	1123. Yarumá
1034. Urukuiâna (Waiâna)	1079. Wáya	1124. Yarúro
1035. Urúma	1080. Wayakulé (Wana)	1125. Yáu
1036. Uromanáwe	1081. Wayâna	1126. Yauaperá
1037. Urumí	1082. Wayapí	1127. Yauávo
1038. Urunamakân	1083. Wayoró	1128. Yauêi
1039. Urupá	1084. Wayumará	1129. Yavahé
1040. Ururú-Düapá	1085. Wekiáre	1130. Yavitéros
1041. Usá-Tapúya	1086. Wiraféd	1131. Yawanáwa
1042. Uyapé	1087. Wiri-Diapá	1132. Yawarâna
1043. Vakáa	1088. Witóto	1133. Yawarapítí
1044. Vanheréi	1089. Wômó	1134. Yawareté-Tapúya
1045. Véjo	1090. Xakriabá	1135. Yekoanita
1046. Viléla	1091. Xakuruína	1136. Yekuaná
1047. Vouvê	1092. Xambiká	1137. Yibóya-Tapúya
1048. Wabói	1093. Xanináwa	1138. Yiporók
1049. Wahmirí	1094. Xarái	1139. Yi-Tapúya
1050. Wái	1095. Xaulát	1140. Yoemamá
1051. Wáika	1096. Xavánte	1141. Yóok
1052. Waiká	1097. Xerénte	1142. Yuberí
1053. Waíkana	1098. Xetá	1143. Yufíwa
1054. Waimaré	1099. Xikrü (Diôre)	1144. Yukúna
1055. Wainamarí	1100. Xipáya	1145. Yúma
1056. Wainanbí-Tapúya	1101. Xipináwa	1146. Yunbanáwa
1057. Waintasú	1102. Xiriâna	1147. Yumâna
1058. Wairúa	1103. Xirianá	1148. Yupúa
1059. Waitaká	1104. Xuméto	1149. Yúra
1060. Waiwe	1105. Xukurú	1150. Yurakáre
1061. Wakôna	1106. Yaba-Âna	1151. Yurémawa
1062. Walipéri-Dákenai	1107. Yabutí	1152. Yurí
1063. Wanâna	1108. Yabuti-Txixí	1153. Yurimágua
1064. Wanapú	1109. Yabutiféd	1154. Yurúna
1065. Wanüân	1110. Yágua	1155. Yuruparí-Tapúya
1066. Wanumá	1111. Yaguanâi	1156. Yurutí-Tapúya
1067. Wapitxâna	1112. Yahúma	1157. Zamúko
1068. Waraikú	1113. Yajúra	1158. Zapukáya
1069. Waranakoâsena	1114. Yakaôyana	1159. Zatiêno
1070. Waráú	1115. Yamamadí	1160. Ziá
1071. Warakêna	1116. Yaméu	1161. Zuâna
1072. Waríwa	1117. Yamú	1162. Zurína
1073. Waríwa-Tapúya	1118. Yanáhin	
1074. Waruwarú	1119. Yanaígua	

Referências

ABA/ Associação Brasileira de Antropologia. 1957. **Anais da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada de 3 a 8 de julho de 1955 na cidade do Salvador, Estado da Bahia, Brasil.** Bahia: S.A. Artes Gráficas. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/conteudo/ANAIS/ABA%20-%20Anais%20da%20II%20RBA.pdf>

ACORDO ORTOGRÁFICO. 1945. Disponível em: https://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf

BECHARA, Evanildo. 1999. **Moderna gramática portuguesa.** 37. Ed. rev e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.689, de 16 de janeiro 1946 [Incorpora o Museu Nacional à Universidade do Brasil e dá outras providências]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8689-16-janeiro-1946-416645-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008 [Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm

CÂMARA JR., J. Mattoso. A grafia de nomes tribais brasileiros. **Revista de Antropologia**, n. 3, v.2, p.125-132, 1955. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8380/560>

[Republicado em **Revista de Atualidade Indígena**, n. 3, v.15, p. 31-34. março-abril 1979].

CÂMARA, J. Mattoso. A Linguística brasileira. In: NARO, Anthony Julius (Org.). **Tendências atuais da Linguística e da Filologia no Brasil.** Trad. Maria Cândida Diaz Bordenave, Marilda Winkler Averburg; rev. técnica Lucia Maria Pinheiro Lobato. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, p. 45-66, 1976.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). Vol. I (Antropologia).** São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES. p. 109-223, 1999. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acastro-1999-etnologia/Castro_1999_EtnologiaBrasileira.pdf

COELHO, Olga Ferreira. 1998. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira: um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. Dissertação de Mestrado em Linguística. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000991976>.

CONVENÇÃO para a grafia dos nomes tribais. **Revista de Antropologia**. n. 2, v.2, p. 150-152, 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>.

EMMERICH, Charlotte & LEITE, Yonne. 1987. A ortografia dos nomes tribais no *Mapa etno-histórico* de Curt Nimuendaju. IBGE/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1987. *Mapa etno histórico de Curt Nimendaju*. Rio de Janeiro: IBGE. p.25-31.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOLHA ONLINE. 1996. **Novo manual de redação**. Adendo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_i.htm

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Objetivam 2001.

ICOS/ International Council of Onomastic Sciences. **List of key onomastic terms**. 2010. Disponível em: <https://icosweb.net/wp/wp-content/uploads/2019/05/ICOS-Terms-en.pdf>

LIMA, Fábio de Sousa. **Formas de nomeação pessoal wapichana na aldeia Malacacheta**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2018. Disponível em: http://ufr.br/ppgants/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=107:formas-de-nominacao-pessoal-wapichana-na-aldeia-malacacheta&id=5:2018&Itemid=360

LOUKOTKA, Chestmir. Nomes tribais. **Revista de Antropologia**, v. 4, n.2, p. 157-158, 1956. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8382/562>.

MACHADO, José Pedro. 1967. **Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados**. 2. ed. Lisboa: Confluência, 3 vol, 1967.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MELATTI, Julio César. **Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, 1999**. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.pdf>.

REDAÇÃO da **Revista de Antropologia**. 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 77-78, 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8374/557>.

RICARDO, Carlos Alberto. "Os índios" e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, p. 29-60, 1995. Disponível em: http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf

RICARDO, Carlos Alberto. Passados 500 anos, sequer sabemos seus nomes. In: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz & FISCHMANN, Roseli (Orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: EdUSP. p. 63-70, 2001.

ROSSI, Nelson. Relatório do grupo de trabalho grafia dos nomes tribais brasileiros (17 de julho de 1980). **Revista de Antropologia**, n. 2, p. 169-170, 1981. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110976/109322>

SCHADEN, Egon. 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. **Revista de Antropologia** 1 n. 1, p. 72, 1953. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/130582/126936>